

Apresentação

O presente volume reúne algumas das comunicações apresentadas no painel sobre “Cidadania e Governação” da Conferência Inaugural do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), que teve lugar em Setembro de 2007, em Maputo. Tratando-se de um tema muito amplo e aberto, não existe uma problemática comum aos textos seleccionados. Há, no entanto, uma espécie de constante que se desenha no seu conjunto: a ambivalência do relacionamento entre o poder político e os cidadãos. Na sua aparente diversidade, os diferentes artigos aqui apresentados tratam todos de alguma forma do processo da construção do Estado moçambicano, das suas dificuldades e contradições.

O volume abre com um texto que analisa a predominância do voto em favor da Renamo na província da Zambézia. O argumento é que existe uma continuidade histórica no tipo de relações que esta região teve com o poder central (tanto do Estado colonial como do Estado pós-colonial), mas também com a Frelimo, desde o período da luta pela independência. Na ausência de uma base social sólida na região, que data da época da confrontação com o poder colonial, a Frelimo teria optado, depois da independência, por uma linha de confrontação com as elites locais, reforçando assim o sentimento de exclusão da população zambeziana e a sua resistência ao poder de Maputo. A guerra civil teria sido mais um elemento na radicalização de segmentos importantes da população desta província em favor da Renamo, radicalização que se tem manifestado num voto maioritário em favor da Renamo desde as eleições de 1994.

O segundo artigo do volume aborda a questão da relação das associações juvenis com o Estado e a política. O artigo defende que o enorme crescimento de organizações juvenis verificado depois da consagração do multipartidarismo e das novas liberdades

civis e políticas pela Constituição de 1990 não significou o desaparecimento da preocupação de reprodução hegemónica da Frelimo, que tinha caracterizado o período monopartidário, marcado pela lógica do controlo social e político dos cidadãos através das “Organizações Democráticas de Massas”. Continuando a Frelimo a ser o partido no poder, a explosão do associativismo posterior a 1990 não terá modificado fundamentalmente a relação das novas organizações com o Estado. Estas correspondem, essencialmente, a iniciativas de procura e mobilização de recursos, em geral disponibilizados pelos doadores para acções de desenvolvimento. Ora, qualquer actividade nesse campo implica também uma articulação e negociação permanente com as estruturas do Estado (que, usando os instrumentos administrativos de controlo de que dispõem, podem inviabilizar qualquer projecto independente) e, através deste, uma abertura para um certo controlo partidário.

Os dois textos que se seguem tratam de questões relativas a um dos processos mais significativos da fase actual da construção do novo Estado moçambicano: a descentralização. O primeiro deles interessa-se pela determinação dos factores que terão contribuído para o fraco impacto do processo de descentralização no desenvolvimento de formas de governação participativa e no melhoramento das condições de vida dos cidadãos. Para além de factores relacionados com a capacidade técnica e a insuficiência de infra-estruturas, que certamente não são irrelevantes, o autor, usando material empírico produzido num inquérito levado a cabo em cinco municípios (Chimoio, Gurué, Monapo, Nacala-Porto e Vilankulo), defende a necessidade de se aprofundar a análise do próprio processo de estruturação do campo político local e o jogo dos actores a esse nível. Nesta perspectiva, dois factores são realçados: por um lado, a influência a nível local da trajetória do “Estado patrimonializado” e, por outro, a reprodução local de práticas autoritárias herdadas do passado. Em suma, as dificuldades do processo poderiam ser entendidas à luz da contradição entre a lógica da reforma descentralizadora e a debilidade do pluralismo político num contexto de neo-patrimonialismo e de autoritarismo. O segundo texto que aborda a temática da descentralização retoma a questão da governação municipal sob o prisma da planificação participativa, usando para tal o caso de dois municípios: Cuamba e Montepuez. O texto insiste sobre a fragilidade do processo, nomeadamente a ausência de regulamentação adequada, o monopólio do poder por autoridades municipais pouco abertas à inclusão das demandas e prioridades identificadas pelas comunidades, mas prontas a servir os interesses das elites políticas locais, de algum modo reproduzindo a lógica neo-patrimonialista dominante.

O último texto do volume aborda uma série de questões relacionadas com o exercício da cidadania pelos Moçambicanos, numa perspectiva comparativa. Baseado em dados do inquérito Afrobarómetro, o artigo identifica em Moçambique a existência de uma forma de “cidadania não-crítica” no contexto de uma sociedade de fraca informação. Contrariamente à “cidadania crítica”, que consiste numa adesão forte aos valores democráticos acompanhada de uma decepção em relação às estruturas existente de governo representativo, a “cidadania não-crítica” corresponderia a uma outra combinação: um baixo nível de informação política e de demanda de democracia aliado a uma sobrestimação do desempenho democrático no país.

Como se disse no início desta breve apresentação, para além das diferenças de tema e de abordagem, cada um dos textos oferece uma contribuição para a análise de um mesmo problema, o da formação do Estado e da cidadania, ou, por outras palavras, da questão da representação democrática em Moçambique.

*Luis de Brito, Carlos Castel-Branco,
Sérgio Chichava e António Francisco*